



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO
DE 2018**

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezoito, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos, a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregues a todos os Vereadores.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Lília Águas, António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos

O **Vereador Rui Santos**, procurou saber se terá havido alguma razão de segurança para ser alterada a forma como se acede aos Paços do Concelho, ou se terá sido somente uma questão de gestão interna.

Solicitou que, na medida do possível, a documentação referente aos assuntos da Ordem de Trabalhos fosse remetida o mais cedo possível, a fim de permitir preparar melhor os trabalhos de cada uma das reuniões.

Referiu que alguns munícipes o tinham abordado no sentido de solicitar que, se possível, fossem realizadas novas ações de esclarecimento relativas às faixas de gestão de combustível, uma vez que parece existir uma aplicação desadequada da legislação.

Passados que são oito meses desde o início do atual mandato autárquico, disse reconhecer o mérito de algumas iniciativas levadas a efeito, nomeadamente na gestão administrativa e na gestão recreativa do município, mas entende que já é tempo de se começar a falar da economia concelhia, lembrando que o Vereador Fernando Silva já focou este tema, nomeadamente a propósito das



Oliveira do Bairro câmara municipal

Zonas Industriais, pelo que procurou saber o que é que está a ser feito relativamente a esta temática. Seguidamente leu uma Proposta, a qual se dá por integralmente reproduzida, referente à promoção do turismo no Concelho, a qual que fica apensa à presente ata e que dela faz parte integrante, propondo, entre o mais, a criação de um grupo de trabalho, liderado pelo município e que integre representantes do setor, associações e organismos oficiais de turismo da região, a fim de pensar, planejar e promover o setor do turismo no Concelho.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, relativamente à questão da documentação referente aos pontos da Ordem de Trabalhos das Reuniões de Câmara, lembrou que no anterior mandato a mesma era sempre remetida com a respetiva Ordem de Trabalhos, pelo que, se agora aquela é remetida via e-mail, a documentação também deveria acompanhar a mesma.

Focou a participação da equipa da UNISOB no “walking footbal”, iniciativa da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, considerando de saudar este tipo de iniciativas que levam longe o nome de Oliveira do Bairro.

Questionou se a Câmara Municipal recebeu alguma comunicação por parte da Associação “Oiãcelera”, tendo em atenção que os mesmos têm tido problemas ao nível do piso da sua sede, solicitando que fosse tido em consideração o apoio necessário para a resolução do problema, dado que aquela Associação presta apoio a iniciativas de muitas outras Associações do Concelho e dos próprios entes autárquicos.

Concordou com o Vereador Rui Santos, quando este afirmou que a Câmara Municipal deve apostar na área do turismo, lembrando que já anteriormente tinha abordado esta temática, devendo sempre pensar de uma forma global, uma vez que não se trata de um processo simples, pois deve-se primeiro que tudo saber o que o Concelho possui e tem para oferecer.

O **Vereador António Mota**, procurou saber de uma vez por todas, se está em vigor ou não o Regulamento de Acesso aos Lotes das Zonas Industriais.

No que respeita à Zona Industrial de Vila Verde, procurou saber o ponto de situação relativamente à aquisição de terrenos e futura venda de lotes naquele local.

Referiu que as “Marchas Populares” é um evento de enorme qualidade, sendo que, a marcha da Câmara Municipal se distinguia das restantes não só pela qualidade das vestimentas, mas também pelo empenho dos marchantes, aproveitando para dar ainda os parabéns ao autor da letra e ao ensaiador.

Tendo o Presidente da Câmara mencionado na anterior Reunião de Câmara, da eventual existência de dívidas relacionadas com o programa POLIS, questionou se já havia algo de concreto relativamente a esta situação, nomeadamente quanto é que a Câmara Municipal deve e de quem é a responsabilidade.

O **Vice-Presidente da Câmara**, no que respeita às Sessões de Esclarecimento sobre as faixas de



Oliveira do Bairro câmara municipal

gestão de combustível, recordou terem sido realizadas nas diferentes freguesias do Concelho, contando com a presença de elementos do SEPNA, tendo igualmente sido alargado o período de atendimento da Técnica da área florestal. Acrescentou que irá ponderar a sugestão do Vereador Rui Santos e que passará por solicitar novamente a colaboração por parte da GNR, uma vez que também tem conhecimento da existência de muita desinformação a este respeito.

Em relação ao Regulamento das Zonas Industriais disse reiterar tudo o que já disse sobre o assunto em reuniões anteriores. A este respeito e dado que o Vereador António Mota afirmou na última Reunião de Câmara, que havia Técnicos que tinham uma opinião contrária ao que então afirmou, procurou saber quem eram os Técnicos e qual a opinião contrária.

Relativamente à questão do Posto da GNR de Oliveira do Bairro e ao estado em que o mesmo se encontra, lembrou que os diversos executivos sempre tentaram obter o apoio do governo central, o que nunca foi conseguido. De igual forma lembrou que no início do atual mandato ocorreu uma visita de deputados do CDS-PP e fruto dessa mesma visita, a Secretária de Estado anunciou um investimento de 500.000,00 € (quinhentos mil euros) naquela infraestrutura. Entretanto e porque os meses passaram, houve uma Proposta do CDS-PP no sentido de dar caráter de urgência à intervenção naquele quartel da GNR. Ao que tem conhecimento os deputados do PPD/PSD também visitaram aquele equipamento, reiterando a urgência da intervenção.

Sucedde, porém, que, há alguns dias, aquando da votação da Proposta do CDS-PP na Assembleia da República, todos os partidos votaram favoravelmente, à exceção do PS e do PPD/PSD, confessando não entender a postura de um partido que reconhece o caráter de urgência e depois perante uma Proposta em concreto, abstém-se. Questionou os Vereadores do PPD/PSD se tinham alguma explicação para aquela tomada de posição.

A **Vereadora Lília Águas**, considerou que as marchas populares, não sendo uma inovação, foram um sucesso, confessando-se satisfeita pelo empenho que todos os participantes demonstraram no evento, estando o resultado à vista de todos. Agradeceu aos colaboradores da Câmara Municipal e aos Membros da Assembleia Municipal que participaram na marcha do Município.

Reportando-se à questão do turismo, disse ser uma das suas preocupações, recordando que quando o atual Executivo Municipal tomou posse não havia qualquer funcionário afeto àquela área, logo, não existia qualquer plano estratégico. Acrescentou que se tem tentado articular os diferentes equipamentos municipais, nomeadamente os Museus e o Quartel das Artes e tudo aquilo que se entende de relevante para a área do turismo, com a Rota da Bairrada, com a CIRA e com o Turismo do Centro e que teve como consequência imediata uma maior dinâmica na divulgação dos eventos promovidos pelo Município.

O **Presidente da Câmara**, em relação à segurança do edifício dos Paços do Concelho, informou que o concurso foi lançado ainda na vigência do Executivo anterior, tendo o mesmo sido ganho por uma



Oliveira do Bairro câmara municipal

empresa distinta daquela que se encontrava anteriormente e que trouxe com ela algumas regras que tem instituídas noutros locais e que achou por bem também aplicar a este edifício. Entende que as mesmas, devidamente polidas, podem efetivamente ser aplicadas, tanto mais que não se pretende vedar o acesso público, mas antes que o acesso seja feito de uma forma ordeira e correta e que as pessoas não vagueiem de um lado para o outro no interior do edifício, mormente aquelas que são desconhecidas. Está em crer que a forma de controlo é bastante simples e não causa embaraços a ninguém, referindo que o controlo é bem mais apertado noutros município da CIRA.

Quanto ao envio da documentação, disse que se tentará na medida do possível fazer chegar a mesma atempadamente. Se antes era enviada apenas a informação essencial, agora é remetida a quase totalidade dos assuntos referentes à Ordem de Trabalhos, sendo que alguns são de compilação extremamente difícil e por conseguinte leva o seu tempo.

Informou que nas Zonas Industriais quer da Palhaça quer de Vila Verde, foi já realizado o respetivo levantamento, estando a entrar-se na fase de aquisição de terrenos, pretendendo-se antes disso, levar a efeito uma reunião com os diferentes proprietários a fim de dar a conhecer algumas informações tidas como pertinentes.

Relativamente ao Oiãcelera, informou ter estado reunido com a respetiva Direção, tendo a mesma sido informada que a Câmara Municipal estaria disponível para apoiar, desde que solicitado esse mesmo apoio.

No que respeita à questão da POLIS, assunto que ainda vem do tempo do Dr. Acílio Gala, referiu que se tivesse informação adicional já a teria transmitido aos Vereadores. Referiu ter obtido novos valores e mais alguns esclarecimentos por parte de uma Técnica da POLIS, à qual respondeu que precisava de reunir e de ver os contratos celebrados, ver o que está em causa, de modo a inteirar-se das obras que ainda não foram feitas, porque razão não se pagou. Quando todas estas questões forem apuradas, dará a conhecer ao Executivo Municipal.

O **Vereador António Mota**, referiu que nunca foi seu timbre usar o sistema pidesco para acusar seja quem for. Realçou que os juristas das entidades envolvidas têm nas suas mãos o Regulamento de Acesso aos Lotes, tendo sido afirmado por Técnicos da Câmara Municipal que o mesmo ainda se encontrava em vigor.

No que respeita ao setor do turismo, relembrou ter sido apresentado em Reunião de Câmara algo parecido com um Plano Estratégico, pelo que a Vereadora tinha já um ponto de partida para dinamizar este sector. Tendo em atenção que não teve acesso ao mesmo, solicitou que fosse disponibilizada uma cópia.

O **Vereador Rui Santos**, relativamente à questão da segurança no edifício, referiu que seria muito mais útil que a máquina dispensadora de senhas se encontrasse junto ao mesmo, de modo a que aquele, depois de identificar as pessoas, as pudesse direcionar mais corretamente.



Oliveira do Bairro câmara municipal

No que respeita à documentação, referiu que tinha solicitado que pelo menos alguma dela fosse disponibilizada com a Ordem de Trabalhos.

O **Vice-Presidente da Câmara**, procurou saber se o Vereador António Mota tinha informado que teria havido uma reunião entre representantes jurídicos de empresas e Técnicos da Câmara Municipal e que estes teriam dito que o Regulamento de Acesso às Zonas Industriais, que fazia parte integrante do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oiã, se encontra em vigor.

O **Vereador António Mota**, referiu que colocar 500.000,00 € (quinhentos mil euros) para obras no Posto da GNR de Oliveira do Bairro, é estar a brincar, uma vez que foi transmitido pelo próprio Comandante da GNR, aquando da visita dos Deputados do PPD/PSD, que as obras de conservação e reparação rondariam os 800.000,00 € (oitocentos mil euros) e que uma obra nova poderia ascender a mais de um milhão de euros. O Estado somente pretende avançar com obras de conservação e reparação porque sabe que não consegue obter financiamento comunitário, porque se conseguisse uma candidatura optaria por uma obra nova.

Disse entender que não serve de nada lavar a cara ao edifício que ali se encontra porque seria uma vergonha e se foi essa a razão da abstenção; na sua opinião, votaram muito bem.

PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2018

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 14 de junho de 2018, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 14 de junho de 2018, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

PONTO 3 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 36 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E A OBRA FREI GIL – INSTALAÇÕES SITAS EM BUSTOS

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Lília Águas, António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.

O **Presidente da Câmara**, informou os presentes que, depois de várias reuniões, de várias discussões com os proprietários do imóvel, conseguiu-se chegar a um acordo relativamente ao teor das cláusulas contratuais do acordo a celebrar entre as partes e, assim que foi conseguido, foi



Oliveira do Bairro câmara municipal

prestada a respetiva informação aos Vereadores, ao Agrupamento de Escolas e à Tutela.....
Ressalvou que, desta forma, com o presente contrato pretende-se levar a educação à zona poente, mas não reabrir o IPSB.

O **Vereador António Mota**, lembrou que esta decisão vem ao encontro daquilo que foi abordado em Reunião de Câmara de junho de 2016, relativamente a um conjunto de estudos que permitissem colocar aquele espaço ao serviço da Educação.....

Reconhece a existência ainda de uma série de condicionalismos, ao nível de turmas, de alunos e dos ciclos de ensino a lecionar.

Questionou se já havia um cálculo dos custos globais desta decisão, não somente os relacionados com o pagamento da renda, decisão essa que é essencialmente política e que, na sua opinião, todos devem apoiar e aplaudir.

Relembrou que aquando do encerramento do IPSB, foi mencionado que a Escola pública tinha todas as condições para receber os alunos provenientes daquele estabelecimento, contudo, veio a constatar-se que não possuía as necessárias condições para receber os alunos do IPSB.

Deu os parabéns à Câmara Municipal, ao Presidente da Câmara e disse esperar que o futuro traga algo mais e que esta situação não seja motivo para que não se construa a Escola a poente com os graus todos de ensino.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, lembrou que esta era uma bandeira política de todas as candidaturas na última campanha eleitoral e por conseguinte seria uma prioridade para qualquer executivo a melhoria das condições de acesso à educação por parte dos alunos da zona poente do Concelho. ...

Referiu ser uma condicionante, o facto de se ter de obrigar novamente os pais a mudar os seus filhos de escola, uma vez que foram formados novos ciclos de amizade e a questão do transporte cria sempre um embaraço para os pais. Mas tal somente sucede porque o Executivo Municipal conseguiu solucionar o problema e acautelar a manutenção daquele espaço na zona poente do concelho ao serviço da educação.

Relativamente ao Certificado Energético, questionou porque razão o mesmo irá ser pago pela Câmara Municipal, uma vez que, por norma, é o proprietário que paga a emissão daquele certificado.....

O **Vereador Rui Santos**, felicitou o Executivo Municipal pela solução alcançada e pelo sucesso de todo este processo.

Leu uma Declaração relativamente a este assunto, a qual se dá por integralmente reproduzida e que fica apensa à presente ata e dela faz parte integrante.

Em seguida, colocou algumas questões relativamente ao teor das cláusulas 2.^a, 4.^a, 7.^a, 8.^a, 9.^a e 13.^a do Contrato de Arrendamento.

A **Vereadora Lília Águas**, referiu que o trabalho e esforço do Executivo Municipal que agora se concretizou, significa que na zona poente do Concelho irá existir uma extensão da Escola Dr. Acácio



Oliveira do Bairro câmara municipal

de Azevedo, que é a extensão Frei Gil, não sendo, por conseguinte, uma escola nova ou uma escola autónoma, é uma escola que vai fazer parte do Agrupamento.

Mais esclareceu que o Contrato Inter-Administrativo de Delegação de Competências dá poderes à Câmara Municipal, em determinadas áreas que não as pedagógicas, daí que as questões relacionadas com os ciclos de ensino, o número de turmas e o número de alunos nada tem a ver com a Câmara Municipal, mas antes com a definição de rede escolar, com o que a DGEST autoriza e outros Despachos próprios na qual a Câmara Municipal não tem qualquer intervenção.

Realçou o facto de nunca se ter colocado a questão de que as escolas do Agrupamento de Oliveira do Bairro não tinham capacidade para receber os alunos, mas antes, o facto de não ser justo que os alunos de Bustos, Palhaça, Mamarrosa e Troviscal não pudessem ter à mesma distância do local de residência, uma oferta de ensino à semelhança dos seus congéneres de Oiã e Oliveira do Bairro.

Mais informou que o número de turmas é aquele que já está autorizado, assim como a autorização para a abertura se destina somente ao 2.º e 3.º ciclo, sendo da responsabilidade do Agrupamento a organização das turmas, o número de alunos por turma e demais logística do ponto de vista pedagógico.

Reiterou que a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro está a colocar à disposição do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, um equipamento para ser utilizado na Educação, equipamento esse que a Câmara Municipal entendeu arrendar, uma vez que se tratava de um equipamento que já estava destinado à Educação e também porque naquela área geográfica não existia mais nenhum com aquelas dimensões, pelo que fazia todo o sentido iniciar as negociações com o proprietário e foi isso que foi levado a efeito.

No que respeita ao facto de se tratar de um arrendamento e não de uma compra, informou que tal foi ponderado pelo Executivo, contudo, tendo em atenção que existe uma relação hierárquica com a DGEST e se agora deram a devida autorização de abertura, nada garante que daqui a um ano ou dois essa mesma autorização não seja revogada. Se tal sucedesse com o equipamento adquirido e que somente pode ser utilizado para aquele fim específico, questionou o que iria a Câmara Municipal fazer com o mesmo. Assim sendo e como as decisões não dependem única e exclusivamente do Município, optou-se pela solução ora apresentada.

Seguidamente esclareceu as dúvidas do Vereador Rui Santos relativamente ao teor das cláusulas 2.ª, 4.ª, 7.ª, 8.ª, 9.ª e 13.ª do contrato.

O **Vice-Presidente da Câmara**, questionou se o Vereador António Mota tinha afirmado que lamentava que as pessoas à data não tenham referido que os equipamentos públicos disponíveis não tinham as condições necessárias para receber todos os alunos.

O **Vereador António Mota**, mencionou que foi isso que diziam os pais dos alunos.

O **Vice-Presidente da Câmara**, relembrou que o Vereador António Mota era Vereador do Executivo



Oliveira do Bairro câmara municipal

à data e pelo que se lembra, nunca falou dessa questão e votou contra uma Proposta apresentada pelos Vereadores do CDS-PP que sugeria que o Município invocasse o Contrato Inter-Administrativo de Delegação de Competências para impor a redefinição de rede escolar do Concelho, Proposta essa que foi reprovada em Reunião de Câmara com o voto em uníssono do então Presidente da Câmara e dos Vereadores do PPD/PSD, pelo que não entende esta mudança de opinião.....

O **Presidente da Câmara**, lembrou que este equipamento se destina à Educação, que tem regras específicas e, por conseguinte, tiveram de ser equacionadas todas as questões relacionadas com a segurança dos alunos e cujas regras limitam em muito outras utilizações daquele equipamento.

Não obstante aquelas limitações, tal como existe hoje em relação a outros equipamentos educativos, poderão haver cedências às Associações, mas tal somente ocorrerá à posteriori e se não houver inconveniente por parte do Agrupamento de Escolas.

Quanto ao Certificado Energético, referiu que tal situação decorre das negociações.

Mais disse que esta é apenas a primeira vitória, estando disponível para melhorar, incentivar e cultivar tudo o que possa agora surgir, por intermédio da natural evolução do presente Contrato, que tem a duração de doze anos, mas que não invalida o alcançar de outros objetivos que também se pretendem para aquela zona do Concelho, com as devidas cautelas.....

O **Vereador António Mota**, referiu que não se deve procurar confundir, à data, escola pública com IPSB, porque as deliberações existem e podem ser consultadas, pelo que não se deve procurar confundir. O que interessa é que se tenha encontrado uma solução para esta situação.

O **Presidente da Câmara**, disse entender que no calor da discussão se pode dizer algo que, depois de alguma reflexão, se conclui estar errado e tomar-se outra posição, considerando positivo que se reconheça o erro no tempo oportuno, esperando que esses erros não tenham causado danos muito grandes.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:.....

1. Aprovar a despesa inerente à celebração do contrato de arrendamento para fins não habitacionais, cuja minuta se encontra anexa à Informação/Proposta n.º 36 – Mandato 2017/2021, datada de 22 de junho de 2018, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, pelo período de 12 (doze) anos, renovável por períodos de 4 (quatro) anos, no valor total de 936.000,00 € (novecentos e trinta e seis mil euros), acrescido do valor máximo de 18.000,00 € (dezoito mil euros) (referente à despesa com a certificação energética do locado) nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mediante cabimento e compromisso referente ao ano de 2018 no valor de 167.500,00€ (cento e sessenta e sete mil e quinhentos euros) [149.500,00 € (cento e quarenta e nove mil e quinhentos euros) + 18.000,00 € (dezoito mil euros)], nos termos e para efeito do disposto no artigo 5.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual;

2. Sujeitar à autorização da Assembleia Municipal a repartição dos encargos contratualmente



Oliveira do Bairro câmara municipal

previstos nos termos e para efeito do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, no valor total de 954.000,00€ (novecentos e cinquenta e quatro mil euros), através da assunção de compromissos plurianuais repartidos da seguinte forma:

- a) Ano de 2018 – 167.500,00 € (cento e sessenta e sete mil e quinhentos euros) [149.500,00 € (cento e quarenta e nove mil e quinhentos euros) + 18.000,00 € (dezoito mil euros)];
- b) Ano de 2019 - 78.000,00 € (setenta e oito mil euros);
- c) Ano de 2020 - 78.000,00 € (setenta e oito mil euros);
- d) Ano de 2021 – 6.500,00 € (seis mil e quinhentos euros);
- e) Ano de 2022 – 32.500,00 € (trinta e dois mil e quinhentos euros);
- f) Ano de 2023 - 78.000,00 € (setenta e oito mil euros);
- g) Ano de 2024 - 78.000,00 € (setenta e oito mil euros);
- h) Ano de 2025 - 78.000,00 € (setenta e oito mil euros);
- i) Ano de 2026 - 78.000,00 € (setenta e oito mil euros);
- j) Ano de 2027 - 78.000,00 € (setenta e oito mil euros);
- k) Ano de 2028 - 78.000,00 € (setenta e oito mil euros);
- l) Ano de 2029 - 78.000,00 € (setenta e oito mil euros);
- m) Ano de 2030 – 45.500,00 € (quarenta e cinco mil e quinhentos euros);

PONTO 4 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 36|GAP APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – ENTRADA LIVRE NA “EXPOBAIRRADA 2018” PARA COLABORADORES DO MUNICÍPIO, VEREADORES E MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e o Vereador Rui Santos.

O **Presidente da Câmara**, referiu que esta era uma Proposta justa e que vem na continuidade do que tem sido apanágio da Câmara Municipal ao longo dos últimos anos.

O Vereador Rui Santos, questionou se os restantes autarcas do Concelho também estão abrangidos na presente Proposta.

O **Presidente da Câmara**, informou que de acordo com o Regulamento, são cedidas entradas livres às Juntas de Freguesia, competindo às mesmas a respetiva gestão.

Mais disse que a prática habitual tem sido esta, pelo que a questão dos membros das Assembleias de Freguesia depende da gestão que for efetuada por parte da respetiva Junta de Freguesia.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade oferecer aos trabalhadores, colaboradores com contrato de emprego inserção, estagiários e equiparados da Câmara Municipal, assim como aos Vereadores e Membros da Assembleia Municipal, ingressos (pulseiras) para cada um dos dias do certame “Expobairrada 2018”.



Oliveira do Bairro câmara municipal

.....
PONTO 5 – INFORMAÇÃO|PROPOSTA APRESENTADA PELO RESPONSÁVEL PELA DIREÇÃO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DO CENTRO DE RECOLHA ANIMAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que o presente Regulamento percorreu as fases iniciais conducentes à elaboração do mesmo, estando neste momento pronto para ser submetido a discussão pública nos termos legais.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:.....

- a) Subscrever a proposta de projeto de Regulamento Municipal do Centro de Recolha Animal de Oliveira do Bairro, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;
- b) Submeter o mesmo a consulta pública, de acordo com o estatuído nos números 1 e 2 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, procedendo para o efeito, à sua publicitação em Diário da República e publicação no site institucional da Câmara Municipal na Internet, para que os interessados possam apresentar por escrito as suas sugestões, no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de publicitação daquele projeto de regulamento no Diário da República;
- c) Decorrido o período de consulta pública, caso não se tenha verificado a apresentação de sugestões, considerar-se-á a elaboração da proposta regulamentar concluída;
- d) Registrando-se, porém, sugestões por parte de interessados, devem as mesmas ser colocadas à consideração e análise da Câmara Municipal, com vista ao seu eventual acolhimento;
- e) Uma vez concluída a elaboração da proposta regulamentar, a mesma deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal, por força da conjugação do disposto na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º e alínea g), do número 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

.....
PONTO 6 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 125/2018 DA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL DESPORTO E LAZER – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À PARTICIPAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES NO EVENTO “SANTOS POPULARES 2018” – ADITAMENTO.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Águas a fim de apresentar o assunto.

A **Vereadora Lília Águas**, informou ser uma situação que já ocorreu por duas vezes após a atribuição



Oliveira do Bairro câmara municipal

de subsídios iniciais e respeitantes às Associações participantes nas Marchas, uma vez que entregaram fora do prazo a respetiva ficha de inscrição no evento.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a atribuição de apoio à Casa do Povo da Mamarrosa, participante no evento “Santos Populares 2018”, nos termos da Informação/Proposta n.º 125/2018 da Divisão de História e Património Cultural Desporto e Lazer, datada de 21 de junho de 2018, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 7 – INFORMAÇÃO|PROPOSTA APRESENTADA PELO RESPONSÁVEL PELAS TI DO MUNICÍPIO – ADOÇÃO DE POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DIGITAL.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto.

O **Presidente da Câmara**, deu nota que a presente Informação/Proposta decorre das novas políticas de segurança e proteção de dados, sendo esta uma situação transversal a todos os Municípios da CIRA, que permite criar alguns princípios uniformizados de tratamento e proteção de dados em todos os Municípios daquela Comunidade.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aceitar a aplicação no Município de Oliveira do Bairro, da “Política para a Segurança da Informação Digital” nos exatos termos propostos pelo Grupo de Trabalho TI da Região de Aveiro e o respetivo documento de Governança, que aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, os quais foram aprovados pelo Conselho Intermunicipal da Região de Aveiro em 16 de abril de 2018.

PONTO 8 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 163.2018|DQUOM - CEDÊNCIAS AO DOMÍNIO PÚBLICO [PARCELA 31] – REQUALIFICAÇÃO DA RUA DE SANTO ANTÓNIO (OIÃ)

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Rui Santos.

O **Presidente da Câmara**, referiu que esta é a única cedência negociada pelo atual Executivo Municipal no âmbito da Requalificação da Rua de Santo António, nos Carris, freguesia de Oiã, sendo que essas negociações se encontram descritas na Informação em análise, sendo que as mesmas se destinam ao alargamento de passeio num local em que o mesmo era bastante estreito.....

O **Vereador Rui Santos**, referiu não entender como é que se leva a efeito uma intervenção daquela envergadura e não se tenham acautelado algumas questões que agora se estão a tentar resolver quer a nível de passeios, quer de estacionamento e, ainda para mais, num prazo tão longo que também não consegue entender.....

O **Presidente da Câmara**, disse concordar com o Vereador, sendo que primeiro se iniciou a obra e



Oliveira do Bairro câmara municipal

somente depois é que se foi negociar com os proprietários e esta é uma situação que não era a melhor para o local e devia necessariamente ser solucionada e conseguir terminar uma obra que, na sua perspetiva, não teve o planeamento adequado.....

O **Vereador António Mota**, questionou se além desta parcela não conseguiria a Câmara Municipal negociar e chegar a um entendimento com o proprietário da parcela seguinte, uma vez que se trata de uma situação similar.....

O **Presidente da Câmara**, referiu que as cedências ocorreram antes de o atual Executivo Municipal tomar posse e apenas esta foi negociada agora, porque o proprietário veio à Câmara Municipal manifestar essa abertura para negociar. Ressaltou que os passeios no local cumprem as dimensões mínimas para o efeito.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Aprovar o Mapa de Cedências – 4.ª Fase, sendo as cedências efetuadas de forma gratuita, com a execução de contrapartidas por parcela constante do mesmo, o qual se dá aqui por reproduzido para todos os efeitos legais;.....

2.º - Aprovar a Minuta de Contrato Tipo, a qual se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 9 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 164.2018|DGUOM - PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL NO REGIME DE EMPREITADA REFERENTE À AÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (PARU) 'P02 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA RUA CÂNDIDO DOS REIS' - EMPREITADA [04.2018]

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto.

O **Presidente da Câmara**, lembrou que o presente procedimento concursal vem no seguimento da apresentação que foi efetuada em Reunião de Câmara e relativa a regeneração urbana no Concelho.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da Informação/Técnica n.º 164.2018|DGUOM e bem assim, deliberou por unanimidade, proceder à Abertura de Concurso Público, para a Empreitada “P02 – Requalificação do Espaço Público da Rua Cândido dos Reis” pelo preço base de 829.050,20 € (oitocentos e vinte e nove mil cinquenta euros e vinte cêntimos) + IVA e bem assim, aprovar o Programa de Concurso, Caderno de Encargos, o Júri do Procedimento e o Gestor do Contrato.....

PONTO 10 – PROCESSO DE OBRAS N.º 129/03, DE MASINDEST – AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL, LDA. – LOTE 11 DA ZONA INDUSTRIAL DA PALHAÇA – DISPENSA DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS PESADOS.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto.

O **Vice-Presidente da Câmara**, referiu que este pedido de dispensa da execução de lugares de estacionamento para veículos pesados, resulta de um pedido de ampliação efetuado no ano transato e cujos elementos necessários à instrução do processo foram agora entregues por parte da empresa. Acrescentou que a presente proposta é viável de acordo com o previsto no Regulamento do PDM, não havendo qualquer oposição por parte da Câmara Municipal relativamente à pretensão daquela empresa.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ao abrigo da alínea a), do n.º 5 do artigo 107.º do Regulamento do PDM, aprovar a dispensa parcial do cumprimento da dotação de estacionamento no lote 11 do loteamento com a Certidão 153/2003 (ZIP), nos termos e com os fundamentos constantes da Informação Técnica de 26 de maio de 2018, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 11 – PROCESSO DE OBRAS N.º 67/18, DE VÍTOR ALMEIDA & FILHOS, S.A. – OPERAÇÃO URBANÍSTICA AVULSA EM ESPAÇO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS URBANIZÁVEL – OBRA SITA NO BARREIRÃO, BUSTOS.....

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que o presente assunto se refere a uma autorização avulsa numa zona urbanizável, em local onde não existe qualquer Plano de Pormenor..... Acrescentou que a própria Informação Técnica aborda uma série de condicionantes técnicas que a empresa terá de cumprir e somente após tudo ter sido cumprido é que se procederá ao respetivo licenciamento.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ao abrigo do n.º 4 do artigo 77.º do Regulamento do PDM, autorizar a operação urbanística avulsa em espaço de atividades económicas urbanizável, nos termos e com os fundamentos constantes da Informação Técnica de 26 de maio de 2018, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.....

PONTO 12 – INFORMAÇÃO N.º 122|2018 PRESTADA PELA UNIDADE DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL, DESPORTO E LAZER – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL, NO DIA 14 DE JULHO, PARA A REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE “PORTUGAL: FEZ-SE LUZ”, PELO CONSERVATÓRIO DE ARTES E COMUNICAÇÃO – FILARMÓNICA UNIÃO OLIVEIRA DO BAIRRO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a cedência gratuita do



Oliveira do Bairro câmara municipal

Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 14 de julho de 2018, ao Conservatório de Artes e Comunicação – Filarmónica União Oliveira do Bairro, para efeitos da realização da atividade “Portugal: Fez-se Luz”.

.....
PONTO 13 – E-MAIL DO FREI GIL VOLEIBOL CLUBE, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DO “ESPAÇO INOVAÇÃO” NO DIA 21 DE JULHO DE 2018, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DA “GALA DO FGVC”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a cedência do Auditório do “Espaço Inovação” no dia 21 de julho ao Frei Gil Voleibol Clube, para efeitos de realização da “Gala do FGVC”

.....
PONTO 14 – E-MAIL DA ESCOLA DE ARTES DA BAIRRADA, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DO REFEITÓRIO, GINÁSIO E RECREIO DO POLO ESCOLAR DO TROVISCAL DE 25 A 29 DE JUNHO DE 2018, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE DE OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara em que autorizou a cedência à Escola de Artes da Bairrada do Refeitório, Ginásio e Recreio do Polo Escolar do Troviscal, de 25 a 29 de junho, para efeitos de realização Atividade de Ocupação de Tempos Livres.

.....
PONTO 15 – E-MAIL DA LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO, A SOLICITAR A DISPONIBILIZAÇÃO DE DIVERSO MATERIAL, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE JANTAR SOLIDÁRIO DA EQUIPA “LIGA MALHAPÃO”, A REALIZAR NO DIA 16 DE JUNHO NA SEDE DA ADAMA – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 14 DE JUNHO DE 2018

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara datado de 14 de junho de 2018, em que autorizou a cedência à Liga Portuguesa Contra o Cancro de Tenda, Banca para lavagem de Loiça e Contentores do Lixo, no dia 16 de junho, para efeitos de realização de Jantar Solidário da Equipa “Liga Malhapão”.

.....
PONTO 16 – E-MAIL DA COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE “SANTO ANTÓNIO DOS CARRIS”, A SOLICITAR O EMPRÉSTIMO DE 6 GRADES METÁLICAS, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DAS FESTAS, DE 15 A 17 DE JUNHO – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara, em que autorizou a cedência à Comissão de Festas em Honra de “Sto. António dos



Oliveira do Bairro câmara municipal

Carris” de Grades Metálicas, de 15 a 17 de junho de 2018, para apoio à realização das Festas.

.....
PONTO 17 – E-MAIL DA COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE “SÃO JOÃO”, A SOLICITAR O EMPRÉSTIMO DE 6 GRADES METÁLICAS E DE 3 SINAIS DE DESVIO DE TRÂNSITO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DAS FESTAS, DE 22 A 24 DE JUNHO – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara, em que autorizou a cedência à Comissão de Festas em Honra de “São João” de Sinais de Trânsito, de 22 a 24 de junho de 2018, para apoio à realização das Festas.

.....
PONTO 18 – E-MAIL DA UNIÃO DESPORTIVA DE BUSTOS, A SOLICITAR O EMPRÉSTIMO DE 5 GRADES METÁLICAS E DE 5 SINAIS DE TRÂNSITO PROIBIDO, NO DIA 29 DE JUNHO – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, DATADO DE 19 DE JUNHO DE 2018.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara datado de 19 de junho de 2018, em que autorizou a cedência à União Desportiva de Bustos de Grades Metálicas e Sinais de Trânsito, no dia 19 de junho de 2018.

.....
PONTO 19 – E-MAIL DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS DE VILA VERDE, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DA BIBLIOTECA DO POLO ESCOLAR DE VILA VERDE NO DIA 20 DE JUNHO DE 2018, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DE AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO “PREVENÇÃO DO CANCRO DA PELE” E DO RECINTO DAQUELE MESMO POLO ESCOLAR NO DIA 30 DE JUNHO, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS PARA O PROJETO “DOU MAIS TEMPO À VIDA” DA LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, DATADO DE 18 DE JUNHO DE 2018

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara datado de 18 de junho de 2018, em que autorizou a cedência à Associação de Pais da Escola de Vila Verde da Biblioteca do Polo Escolar de Vila Verde, no dia 20 de junho de 2018, para efeitos de realização Ação de Sensibilização de “Prevenção do Cancro da Pele” e do recinto daquele mesmo Polo Escolar no dia 30 de junho, para efeitos de realização de atividade de Angariação de Fundos para o Projeto “Dou mais Tempo à Vida”.....

.....
RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia **27 de junho** do ano **de 2018**, do qual constam os seguintes dados e valores:



Oliveira do Bairro câmara municipal

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: 2.047.247 Euros e 19 Cêntimos

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 800.323 Euros e 65 cêntimos

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: 2.847.570 Euros e 84 Cêntimos

.....
.....

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Amélia, residente na Freguesia de Oiã, procurou saber se o Presidente da Câmara já tinha uma resposta para lhe dar relativamente a problema já colocado.

Armindo Ferreira, residente na Freguesia da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, tendo endereçado uma carta ao Presidente da Câmara, questionou se as mesmas são lidas na íntegra, uma vez que a resposta que recebeu apenas se refere a uma das questões por si colocadas. De igual modo procurou saber se tinha sido o Presidente da Câmara que ordenou a sua retirada do posto de venda que ocupava.

Teresa Simões, residente na Freguesia de Oliveira do Bairro, procurou saber se o seu problema está a ser ou não tratado, uma vez que se dirigiu à Santa Casa da Misericórdia e foi informada que não tinham vaga e que a possibilidade passaria por uma habitação.

Referiu que o terreno junto ao Quartel das Artes não se encontra devidamente cuidado, estragando a imagem do centro da Cidade.

A **Vereadora Lília Águas**, recordou que a disponibilidade da Santa Casa da Misericórdia tem mais de seis meses e nessa altura houve uma recusa por parte da D.Teresa em ir para a Santa Casa. Naturalmente que neste momento poderá já não haver a vaga então existente, pelo que terá de haver nova reunião entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia a fim de fazer uma nova avaliação.

Acrescentou que, de momento, a Câmara Municipal está a regularizar todas as situações relacionadas com as habitações, de modo a permitir que as mesmas sejam colocadas ao dispor da comunidade, nomeadamente para o arrendamento social.

O **Presidente da Câmara**, Recordou ter sido bastante concreto e conciso na resposta que deu à D.Amélia na reunião havida, tendo reafirmado que não havia nenhum documento assinado e quando questionou os funcionários, aqueles também não confirmaram a existência de qualquer contrato e, por conseguinte, nada pode fazer relativamente àquela situação. Se existirem provas do contrário, assumirá e cumprirá o que estiver escrito.

Mais disse que considerava inaceitável que a questão se arraste há já dez anos, quando o então Presidente da Câmara morava mesmo em frente.

Informou os presentes que lia todas as cartas que lhe chegam às mãos. Recordou que Bustos possui um mercado onde podem ser instaladas as bancas, mediante regras constantes de Regulamento, daí



Oliveira do Bairro câmara municipal

o teor da resposta que foi dada, ou seja, aquilo que tem de tratar para exercer a atividade.....

.....
.....

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezasseis horas e quinze minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, José Miguel Cardoso Duarte, Coordenador Técnico, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.

Duarte dos Santos Almeida Novo

José Miguel Cardoso Duarte

Jorge Ferreira Pato

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota



Oliveira do Bairro câmara municipal

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Rui Jorge Marques Santos